

CLIPAGEM

AMAI - Associação dos Municípios do Alto Irani

Veículo: Folha Regional

Data: 13/05/08

Assistentes sociais questionam qualidade e não acolhem estagiários do ensino a distância

Romeu Scirea Filho

Xanxerê – A formação de profissionais de Assistência Social através do ensino a distância e o acolhimento ou não de estagiários por parte de profissionais graduados em faculdades convencionais, com ensino presencial, foi tema de reunião do Colegiado Microrregional de Assistência Social, realizado sexta-feira, dia 9, no auditório da sede da Amai. O acolhimento de estagiários do ensino a distância para estágios supervisionados, por parte de assistentes sociais formados no ensino tradicional, é oficialmente uma atitude não recomendada e rejeitada pelo colegiado microrregional, acompanhando decisões de órgãos normativos da profissão nas esferas estadual e federal, conforme alertam as assistentes sociais Francinara Magrini Ferreira, ex-presidente do colegiado, e Adriana de Toni, coordenadora da



Assistentes estiveram reunidas na sexta-feira

Faculdade de Assistência Social da Unochapecó. Segundo elas, essa deliberação tem o aval do Conselho Regional de Serviço Social (Cress) do estado, e também do Conselho Federal de Serviço Social (Cfess), este inclusive discutindo judicialmente com o Ministério da Educação tanto o acolhimento de estagiários quanto a chamada

precarização da qualidade do ensino universitário de Assistência Social, risco que é detectado pelos conselhos nas faculdades de ensino a distância.

As suspeitas de que as chamadas faculdades a distância não produzem ensino de qualidade compatível com as exigências sócio-culturais e éticas-políticas do exercício da profissão começam – de acordo com Francinara e Adriana – com a ausência de informações seguras sobre a formação acadêmica dos professores daquelas faculdades e agravam-se mais com outras constatações. Entre elas o fato de as faculdades a distância exigirem apenas um período (um semestre) de estágio a campo, enquanto que no ensino presencial a duração exigida do estágio é de quatro semestres, do quinto ao oitavo período do curso de Assistência Social. Por essas razões, no entendimento do colegiado, os profissionais que atuam no mercado de trabalho regional não devem

acolher supervisões a cargo de estagiários oriundos de faculdades a distância. “O supervisor de campo é co-responsável pelas ações, atitudes e pela própria formação profissional do acadêmico, envolve o nome do profissional que o supervisiona”, alerta Adriana. Ela lembra que o profissional de Assistência Social tem autonomia “para acolher ou não o estagiário. O profissional tem exigências de formação. Como a de ter condições de fazer leitura de sanidade mental, da sociedade e da realidade na qual vive o usuário do serviço social, suas condições sócio-econômicas, sua história de vida. A profissão exige quebrar preconceitos sociais e os usuários do serviço vivem um processo de exclusão social, na pobreza e na marginalidade”, salienta Adriana. Na visão de Adriana e Francinara, assim como no entendimento dos conselhos da profissão, “para adquirir conhecimentos e práticas eficientes para um bom desempenho profissional, o acadêmico (de faculdades a distância) não consegue captar tendo aulas apenas uma vez por semana”.

CLIPAGEM

AMAI - Associação dos Municípios do Alto Irani

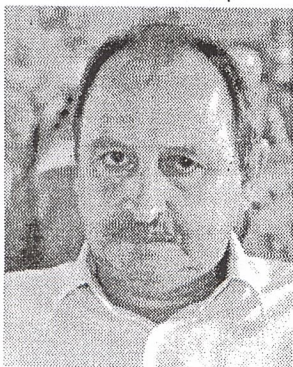
Veículo: Folha Regional

Data: 15/05/08

“Territórios da Cidadania” tem 29 municípios do Oeste, entre eles os 14 da região do Alto Irani

Romeu Scirea Filho

Xanxerê – Em solenidade que acontece hoje no auditório da Emater, em Florianópolis, o ministro do Desenvolvimento Agrário, Guilherme Cassel, e o governador Luiz Henrique da Silveira, secretários de estado e deputados participam do ato de implantação do Comitê Estadual do Programa “Territórios da Cidadania”, lançado pelo governo federal em 25 de fevereiro com o objetivo principal de estimular o desenvolvimento regional e universalizar programas básicos do governo federal em municípios com baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). O programa criará 60 territó-



Arguingo

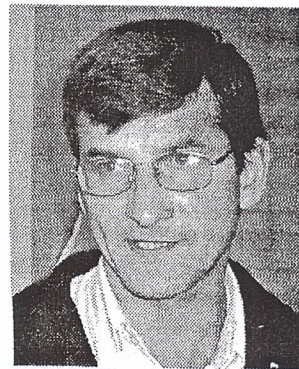
Avelino Menegolla é um dos prefeitos participantes do comitê

rios em todos os estados do país. O único deles em Santa Catarina, o “Território Meio-Oeste Contestado (Chapecozinho)”, que abrange 49 municípios do Meio ao Extremo-Oeste, entre Joaçaba e São Miguel do Oeste, incluindo

os 14 que integram o Alto Irani, além de Jupiá, Coronel Martins e Galvão, entre outros.

O comitê estadual a ser empossado hoje será integrado por dois prefeitos (Avelino Menegolla, de Xanxerê, e Antônio José Bissani, de Água Doce), dois representantes do governo do estado e três do governo federal. O programa também terá um conselho gestor composto por representantes de programas federais, como o da Agricultura Familiar, Bolsa Família e outros, além de representantes sindicais e da área geográfica abrangida pelo programa. Segundo o site do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), o Território Meio-Oeste Contestado terá investimento total de R\$ 108.497.030,08, a serem aplicados em 57 ações vinculadas a diversos ministérios. Entre os critérios utilizados pelo MDA para escolher as áreas a serem beneficiadas estão: a maior concentração de agricultores familiares e assentados da Reforma Agrária; maior número de beneficiários do Bolsa Família; maior concentração de população de quilombolas e indígenas e o maior número de municípios com baixo dinamismo econômico e IDH, entre outros indicadores.

De acordo com o presidente do Sindicato da Agricultura Familiar de



Valdir Zemruski é integrante do conselho gestor

Xanxerê e região, Valdir Zemruski – também integrante do conselho gestor – o único território em Santa Catarina já tem assegurados, para este ano, a aplicação de R\$ 228 mil na conclusão e ampliação de um abatedouro de bovinos em Coronel Martins, que também receberá serviço de inspeção animal; R\$ 142 mil para a implantação de uma queijaria em Ipuçu, com abrangência também nos municípios de Bom Jesus e Entre Rios, e outros R\$ 136 mil para a construção de uma fábrica de rações para peixes, para fornecimento de produtores ligados à integração do Frigorífico de peixes de Abelardo Luz. De acordo com Zemruski, os projetos aprovados até agora pelo programa para implantação neste ano e em 2009 nos 29 municípios do Território Meio-Oeste Contestado somam R\$ R\$ 1.152.000,00.